

Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a prática de atos ilícitos e irregulares no âmbito da empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), entre os anos de 2005 e 2015, relacionados a superfaturamento e gestão temerária na construção de refinarias no Brasil; à constituição de empresas subsidiárias e sociedades de propósito específico pela Petrobras com o fim de praticar atos ilícitos; ao superfaturamento e gestão temerária na construção e afretamento de navios de transporte, navios-plataforma e navios-sonda; a irregularidades na operação da companhia Sete Brasil e na venda de ativos da Petrobras na África - CPIPETRO

REQUERIMIENTO N° , DE 2015

Requer sejam tomadas as providências necessárias à convocação do Senhor Aldemir Bendini.

Senhor Presidente,

Requeremos, com fundamento no art. 36, II do Regimento Interno da Câmara dos Deputados que, ouvido o plenário desta Comissão, sejam tomadas as providências necessárias à convocação do Senhor **Aldemir Bordini**, atual Presidente da Petrobras, para esclarecer as denúncias sobre suposto superfaturamento nos contratos de terraplenagem da Refinaria Premium I, em Bacabeiras, no Maranhão.

JUSTIFICAÇÃO

A Refinaria Premium I, da Petrobras, mereceu grande destaque no lançamento da pedra fundamental da obra. Além do ex-Presidente Lula estiveram presentes ao ato que anunciou oficialmente à população a decisão política da construção da refinaria, a então Governadora do Maranhão, Roseana Sarney, o Ministro Edson Lobão, e outras personalidades. Na época, o Senador José Sarney foi apontado como o responsável direto pela obtenção do projeto.

No entanto, o sonho da criação de empregos que imediatamente se instalou no imaginário da população do Estado mais pobre da Federação, não passou de uma grande ilusão: o projeto, recentemente, foi cancelado pela Petrobras.

Além da decepção, a decisão de cancelar o projeto da Refinaria Premium I gerou prejuízo para a Petrobras. Nesse sentido vale transcrever parte da notícia veiculada no Blog AUDITAR, da União dos Auditores Federais de Controle Externo, que reproduziu matéria publicada em 31 de março de 2014, no jornal Estado de S. Paulo, intitulada *TCU investiga obras de refinarias no Brasil*:

“Costa [Paulo Roberto Costa] também esteve à frente de projetos que, ainda no papel, já são alvo de denúncias de irregularidades no TCU. No Maranhão, a Premium I passou por obras de terraplanagem, iniciadas em 2010 ao custo de R\$ 725 milhões. No ano passado, após mais de 13 aditivos, a obra teve valor revisado para cerca de R\$ 1,5

Comissão Parlamentar de Inquérito destinada a investigar a prática de atos ilícitos e irregulares no âmbito da empresa Petróleo Brasileiro S/A (PETROBRAS), entre os anos de 2005 e 2015, relacionados a superfaturamento e gestão temerária na construção de refinarias no Brasil; à constituição de empresas subsidiárias e sociedades de propósito específico pela Petrobras com o fim de praticar atos ilícitos; ao superfaturamento e gestão temerária na construção e afretamento de navios de transporte, navios-plataforma e navios-sonda; a irregularidades na operação da companhia Sete Brasil e na venda de ativos da Petrobras na África - CPIPETRO

bilhão, segundo o Ministério das Minas e Energia. Segundo relatório do TCU, a “gênese” dos aumentos das refinarias seria a “decisão de

iniciar-se uma obra desse porte sem um planejamento adequado, passível de toda sorte de modificações”. Em relação de 2013, o órgão destaca que, no Maranhão, “passados já cinco anos dos primeiros estudos, ainda não se tem um projeto completamente definido para a Premium I”. Na unidade, há variação de até 96% entre as quantidades de insumo orçadas inicialmente e executadas na obra. O TCU encontrou também oito aditivos que movimentaram R\$ 266 milhões.”

Fonte: http://auditar.org.br/web/?h_pg=noticias&bin=read&id=1200

Há notícias de que o prejuízo total para o caixa da Petrobras, em relação às obras de terraplenagem da Refinaria Premium I, atualmente, seja da ordem de R\$ 2,1 bilhões.

Assim, é preciso convocar o presidente da Petrobras para esclarecer a esta Comissão Parlamentar de Inquérito as supostas irregularidades ocorridas no contrato de terraplenagem e seus aditivos, instrumentos jurídicos esses que atualmente se encontram sob o crivo do Tribunal de Contas da União, em processo sigiloso.

Em vista do exposto, solicitamos o apoio dos ilustres pares na aprovação deste requerimento.

Sala das Reuniões, em de abril de 2015.

Deputada Eliziane Gama
PPS/MA